



## Polícia judicial no centro dos debates

A Fenajufe promoveu, dias 10 e 11/8, o 3º Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal e MPU, em Brasília. Participaram aproximadamente 300 agentes de 23 estados. Nos dois dias, foram discutidos temas específicos e também assuntos gerais, como a conjuntura nacional.

O painel *Criação da polícia judicial: aspectos constitucionais e infraconstitucionais*, aconteceu no primeiro dia do encontro. O palestrante foi o promotor de justiça e deputado distrital Chico Leite e os debatedores, o presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso, e a juíza federal, auxiliar da Corregedoria do TRF da 1ª Região, Daniela Maranhão. O coordenador foi o diretor do Sintrajufe e da Fenajufe Cláudio Azevedo.

Em sua palestra, Chico Leite reafirmou seu posicionamento favorável à criação da polícia própria no Poder Judiciário. Para ele, devido às suas especificidades, é fundamental que o Judiciário tenha seu próprio corpo policial, como acontece no Legislativo e no Executivo. “Como entender que o Judiciário é o único dos três poderes sem a prerrogativa constitucional de organizar a sua própria polícia?”, questionou.

Leite disse que a proposta de emenda à Constituição 358/05, conhecida como PEC paralela da Reforma do Judiciário (altera o artigo 96 da Constituição Federal e dá autonomia ao Judiciário Fe-

deral para organizar a sua própria polícia) está “pronta para ser votada”. Na opinião do parlamentar, os agentes de segurança devem atuar para garantir a aprovação.

Na avaliação de Chico Leite, a criação dessa polícia será um aprimoramento da segurança judicial e trará importantes avanços no que se refere a capacitação, instrumentalização e profissionalização dos servidores da área. O deputado disse que os futuros

criação da polícia judicial e considerou que a unidade dos servidores do Judiciário Federal, em especial dos agentes, será capaz de superar as dificuldades e os entraves que aparecerão no decorrer do processo. “A proposta não quer dizer apenas ‘vamos transformar os agentes de segurança em polícia judicial’, não. Mas vamos dar à Justiça do Trabalho, à Justiça Federal e a todo o Judiciário uma prerrogativa de poder organizar

José Montesso criticou de forma incisiva o processo aquisições e de terceirização dos serviços de segurança e transporte dos tribunais. De acordo com o magistrado, empresas cada vez menos preparadas estão hoje nos órgãos do Judiciário e do MPU, ocupando as vagas que deveriam ser preenchidas por servidores concursados e devidamente preparados.

Ele falou também do desvio de função, um dos problemas que



policiais judiciais devem ser, necessariamente, os atuais agentes de segurança e que estes devem conduzir o processo de criação da polícia judicial.

### Fortalecimento

A juíza federal Daniele Maranhão ressaltou a necessidade da

sua corporação própria, com qualidade, autonomia e segurança.” Para ela, uma corporação própria do Judiciário é parte do processo de fortalecimento dos agentes de segurança e dos demais servidores judiciários.

Em sua intervenção, Cláudio

mais preocupam o setor dos agentes de segurança. Montesso sugeriu que as entidades levem esse debate para os outros setores do Judiciário, como a magistratura e a advocacia, para convencê-los da importância da criação da polícia própria no Judiciário Federal.

## Formação Técnica

Fundamental para a execução das atividades de segurança, o domínio das mais modernas técnicas do ramo também foi um tema abordado no 3º Encontro Nacional dos Agentes de Segurança. *Formação e aperfeiçoamento dos agentes* e *Monitoramento, comunicação e segurança eletrônica* foram dois painéis apresentados. Propiciaram a troca de informações entre os agentes de segurança de todo o país, com participação de representantes da Fundação da Polícia Federal e de empresas de tecnologia e sistemas de segurança e equipamentos.



Participaram do evento, organizado pela Fenajufe e pela Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal

(Agepoljus), servidores de 23 estados (MS, MG, AP, AL, MT, CE, AM, PA, AC, GO, ES, PB, PE, MA, RN, SE, PI, BA, RO, RS, SC, SP e RJ) e do Distrito Federal.



## Painel inédito sobre conjuntura nacional foi aprovado pelos participantes

O painel sobre conjuntura nacional, uma novidade nesse tipo de encontro mais específico, foi muito bem recebido pelos participantes. Houve a compreensão de que as questões políticas e econômicas contribuem para a avaliação das questões específicas.

Em outro painel, o porte de arma para o segmento foi debatido pelo diretor do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), Fernando

Segóvia, e pelo secretário-geral do Conselho da JF, Alcides Diniz. “Diante das diferentes interpretações legais e de regulamentações esparsas nos tribunais que não atendem às necessidades funcionais do setor, ficou clara a necessidade de uniformização e de avanços legais quanto a essa prerrogativa profissional”, afirma o diretor do Sintrajufe Sérgio.

*Os agentes de segurança no futuro Plano*

*de Carreira* foi tema de painel com o coordenador-geral da Fenajufe, Roberto Policarpo, e o consultor jurídico da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Judiciário Federal (Agepoljus), Darney Bessa. A garantia da inserção da polícia judicial na Carreira do Judiciário Federal foi defendida por ele como um instrumento importante de unificação e de uniformização das atividades.

## Inserção no movimento sindical: unidade e protagonismo

*Os agentes de segurança e sua inserção nos movimentos sindicais* foi um painel bastante concorrido e esclarecedor. Debatido pelos coordenadores da Fenajufe Rogério Fagundes e Paulo Rios, pelo presidente da Agepoljus, Edmilton Gomes, e pelo diretor do Sintrajufe Sergio Amorim, mostrou que há, de forma unânime, o reconhecimento da importância da luta unificada com a categoria, tanto pelas questões específicas do setor quanto pelas questões gerais.

Numa rápida consulta ao plenário, consta-



tou-se que a quase totalidade dos agentes era associada de seu sindicato de base e também da associação nacional. Além da responsabi-

lidade com a sindicalização e, portanto, com a categoria como um todo, o plenário destacou um grande número de agentes de segurança membros de direções sindicais. “Isso atestou não só a consciência, mas o protagonismo dos agentes no movimento sindical”, destaca Sérgio. A implantação do Coletivo Nacional dos Agentes de Segurança na Fenajufe foi defendido pelos debatedores e nas intervenções do

plenário, como forma de aprofundar as discussões nacionalmente e propor soluções aos problemas do setor.

## Profissionalização

Temas como a reestruturação da segurança judiciária; desvio de função, terceirização e requisições; postura do profissional de segurança foram debatidos pelos coordenadores da Fenajufe Jailton Assis e Cláudio Azevedo e pela diretora administrativa da Agepoljus, Fátima Arantes. Como forma de melhor desempenhar as intrincadas funções de segurança e tendo em vista a criação da futura polícia judicial, foi defendida a necessidade de reestruturação administrativa e técnica da segurança judiciária, de forma unificada e em nível nacional, bem como o permanente combate a desvios de função, requisições e contratações indiretas na área. Durante todo o encontro, o foco foi mantido na profissionalização do setor, na participação efetiva nas lutas específicas e gerais e no comprometimento com o serviço público.

## Delegação do RS

O Rio Grande do Sul enviou uma delegação de 12 agentes de segurança para o 3º Encontro Nacional. Eles foram democraticamente escolhidos em uma reunião ampliada do Núcleo. Com essa participação, os colegas trazem novos elementos para as discussões gerais e específicas.

